



Prot. Nº ____/____/____ Em ____/____/____ _____ _____	Unanimidade () Aprovado () Rejeitado () Sessão de ____/____/____ _____ Presidente	Despachado Em ____/____/____ _____ Presidente
--	---	--

PROJETO DE LEI Nº 109/25

“Revoga a Lei nº 2.470, de 09 de outubro de 2022, que dispõe sobre adiantamentos para despesas que especifica e dá outras providências.”

Art. 1º - Fica revogada integralmente a Lei nº 2.470, de 09 de outubro de 2022, que dispõe sobre adiantamentos para despesas que especifica e dá outras providências.

Art. 2º - Os efeitos decorrentes da revogação desta Lei não alcançarão atos regularmente praticados sob a égide da norma revogada, resguardados os direitos adquiridos e as obrigações constituídas até a data de sua revogação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Prof. José Gonso”, 29 de outubro de 2025.

Ver. Gilberto Bentlin Junior
Presidente

Ver. Fernando Borges
1º Secretário

Verª. Renata C. Barioni Bonifácio
2ª Secretária



Prot. Nº ____/____/____ Em ____/____/____ _____ _____ _____	Unanimidade () Aprovado () Rejeitado () Sessão de ____/____/____ _____ Presidente	Despachado Em ____/____/____ _____ Presidente
---	---	--

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade revogar a Lei nº 2.470, de 09 de outubro de 2022, que dispõe sobre adiantamentos para despesas que especifica e dá outras providências.

A revogação se faz necessária tendo em vista que a matéria tratada pela referida lei passou a ser regulamentada por meio de Projeto de Resolução, instrumento normativo mais adequado para disciplinar o tema no âmbito do Poder Legislativo, especialmente por se tratar de procedimentos internos e administrativos da própria Casa.

Assim, visando à adequação normativa e à harmonização do ordenamento jurídico, propõe-se a revogação integral da Lei nº 2.470/2022, uma vez que seu conteúdo já foi devidamente substituído e atualizado pelo novo ato normativo, não havendo mais necessidade de coexistência das duas normas sobre o mesmo assunto.

A adoção desta medida evita sobreposição de regras, elimina possíveis conflitos de interpretação e assegura maior clareza e eficiência na aplicação das normas internas da Administração Legislativa.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos(as) nobres colegas para a aprovação deste Projeto de Lei, que visa unicamente promover a coerência e a modernização da legislação vigente.

Sala das Sessões “Prof. José Gonso”, 29 de outubro de 2025.

Ver. Gilberto Bentlin Junior
Presidente

Ver. Fernando Borges
1º Secretário

Ver^a. Renata C. Barioni Bonifácio
2ª Secretária